

Kits e manual de recomendações alimentares

(Por Alexandra Martins Silva e Cátia Godinho)

A Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) anunciou, no dia 9 de agosto, que, em parceria com a Direção-Geral de Saúde (DGS), vai passar a distribuir um kit alimentar para os grupos de reforço que se deslocam por todo o país, com um plano nutricional que assegura uma alimentação equilibrada e adequada aos esforços que lhes são exigidos.

Em julho, a DGS já tinha publicado um manual com recomendações alimentares para os bombeiros, que foram tidas em conta na elaboração dos “kits” para os operacionais no terreno, que de acordo com a nota de imprensa da ANPC, do dia 9 de agosto, “são compostos por quatro menus e produzidos para as necessidades específicas dos operacionais e ao esforço que fazem no combate aos incêndios rurais”.

As 42 páginas do manual pretendem “fornecer um conjunto de recomendações relacionadas com a alimentação para bombeiros, de forma a contribuir para a melhoria do seu estado de saúde”, tendo em conta as “necessidades nutricionais e alimentares deste grupo [que] podem ser consideravelmente diferentes em função das distintas fases de trabalho e ao longo do ano”.

O documento está dividido em duas partes. Primeiro é apresentado um conjunto de recomendações gerais para uma alimentação saudável que deverá fazer parte do dia-a-dia dos bombeiros e depois são destacadas recomendações nutricionais e alimentares específicas para os períodos de atividade profissional intensa.

Por exemplo, o menu 1 para uma situação de emergência de 24 horas, descrito no manual, inclui:

- pequeno-almoço: café solúvel, açúcar, bolachas maria e queijo fundido;

- merenda da manhã: uma barra de tâmaras/nozes e um sumo de fruta;
- almoço: massa à bolonhesa, atum em óleo, doce de maçã, café solúvel e açúcar;
- meio da tarde: bolacha de água e sal e uma bebida para desportistas;
- jantar: paelha de frango, sardinha em conserva de tomates, marmelada, café solúvel e açúcar;
- ceia: bolachas de água e sal, café solúvel e uma bebida para desportistas;
- outros componentes: rebuçados/caramelos e pastilhas elásticas para higiene oral.

O manual adianta que há problemas de saúde associados à profissão de bombeiro, referindo que “devido à sobrecarga física e emocional exigida no trabalho, os bombeiros podem ter um maior risco de desenvolver doenças cardiovasculares quando comparados com a população em geral. Existe também evidência que sugere que os hábitos alimentares inadequados destes trabalhadores são uma realidade, que favorece o aumento no peso e desenvolvimento de doenças crónicas não transmissíveis.”

É de realçar que “nos Estados Unidos da América, os eventos cardiovasculares são a causa de morte mais comum entre bombeiros e estima-se que sejam res-



ponsáveis por, aproximadamente, 45% dos óbitos de bombeiros em serviço”. Recorde-se que na Revista Alto Risco de Março, foi referido que esta estatística foi estudada pelo Centro de Ciência Cardiovascular da Universidade de Edimburgo, num estudo publicado no dia 4 de abril, que revela que a exposição a temperaturas elevadas e o esforço físico extremo fazem aumentar o risco de ataque cardíaco e enfarte para os bombeiros.

Destacam-se algumas das recomendações dadas no manual a ter em conta durante uma ocorrência: ingerir fluídos frequentemente através de água e/ou bebidas para desportistas que incorporem hidratos de carbono e eletrólitos; restringir o consumo de bebidas alcoólicas e bebidas com cafeína; repor os níveis de potássio através do consumo de, por exemplo, banana, citrinos, limonada, sumo de laranja ou de tomate.



Alimentação deficitária dos bombeiros alvo de inquérito

Pratos, copos e talheres de plástico e embalagens de alumínio com pouca comida dominaram os almoços dos operacionais que combateram os incêndios que este ano combateram os incêndios em Portugal. Nas redes sociais foram surgindo denúncias dos bombeiros que fotografaram as refeições e que davam conta da fraca qualidade e quantidade de alimentos, servidos a horas tardias.

A situação causou admiração entre as entidades responsáveis, tanto mais que este ano foi apresentado um kit alimentar composto por quatro menus. O objetivo a que se propunha era garantir as primeiras 24 horas em caso de necessidade. Uma espécie de “ração de combate”, que poucos viram no teatro das operações.

ANBP pede esclarecimento imediato sobre a alimentação dos bombeiros no TO

Na sequência das denúncias dos bombeiros sobre as refeições que lhes eram servidas e após a divulgação das fotografias que documentavam a denúncia, a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais exigiu um esclarecimento definitivo sobre a organização da alimentação dos bombeiros no Teatro das Operações.

Em comunicado, emitido a 28 de agosto, a ANBP admitiu não compreender “as fotografias que circulam nas redes sociais retratem refeições com baixos índices proteicos e calóricos, e em quantidades reduzidas, quando o Governo garante que, através da Autoridade Nacional de Proteção Civil estão a ser transferidos para as Associações Humanitárias 21 euros para alimentar cada operacional no terreno”. ANBP acrescenta que “é preciso apurar as razões que estão por detrás de uma alimentação deficitária dos bombeiros no teatro das operações. Afinal, o que está a falhar? Como está a ser feita a canalização dessas verbas recebidas para a alimentação dos operacionais? Será que têm razão as suspeitas levantadas acerca



do destino dessas verbas recebidas para a alimentação e que estarão, alegadamente, a serem direcionadas para outras necessidades?”

Acerca das suspeitas levantadas sobre o alegado “esquema de financiamento dos bombeiros (feito) à custa do desvio de verbas da alimentação para os operacionais”, pelo presidente da APBV e publicadas no Jornal Público, a ANBP considera que “deverão ser rapidamente esclarecidas sob pena de, num futuro próximo, este alegado esquema provocar revolta na própria população e também ela deixar de ajudar os bombeiros no teatro das operações. O que vai acontecer depois?”

Ministério da Administração Interna ordenou abertura de um inquérito

A denúncia feita por alguns operacionais no terreno sobre as refeições que estavam a ser servidas no teatro das ope-

rações levou a que o então Secretário de Estado da Administração Interna, Jorge Gomes, ordenasse à Autoridade Nacional de Proteção Civil, no dia 28 de agosto, a abertura de um inquérito sobre as condições de fornecimento de refeições aos bombeiros.

O inquérito terá sido entregue até ao dia 30 de setembro, mas, contactada pela Alto Risco, a ANPC não confirmou a entrega, ou o estado do mesmo.

Recorde-se que a Diretiva Financeira 2017 determina que a Autoridade Nacional de Proteção Civil suporta financeiramente as refeições dos operacionais que participam no combate aos incêndios, sendo que para o almoço e jantar estão determinados 7 euros por refeição, pequeno-almoço, lanche e dois reforços 1,8 euros, o que corresponde a um total de 21.20 euros por operacional.

Já a Diretiva Operacional Nacional nº2 determina que os corpos de bombeiros e as câmaras municipais da área onde decorre o incêndio têm a responsabilidade de apoio logístico das entidades que integram o DECIF.

Os Bombeiros pela História

Por Alexandra Martins Silva

O Incêndio de Roma, Hubert Robert

Desde que a Humanidade descobriu como criar fogo, os acidentes com este elemento destruidor (e também símbolo de renovação) têm dado que fazer a Clio, umas das nove musas gregas que escreve as páginas da História. Desde os vigiles na Roma Antiga à criação das companhias de sapadores bombeiros em Portugal, muito se passou e escreveu. Nesta edição da Alto Risco apresenta-se uma seleção de alguns dos marcos importantes da narrativa dos bombeiros e de alguns dos incêndios que ficaram para a História.

Há registos de que já no Antigo Egipto, existiam brigadas de combate fogos, mas a história do bombeiro começou oficialmente na Roma Antiga, durante o século 3 d.C. Marcus Licinius Crassus foi o criador da primeira brigada de combate aos fogos, constituída por 500 bombeiros que acorriam aos edifícios a arder mal fosse dado o alerta.

No entanto, esses bombeiros não apagavam o fogo até Crassus negociar o preço do seu serviço com o proprietário do edifício, que muitas vezes ardia se o negócio não corresse bem. Ainda na Roma Antiga, o imperador Nero criou os vigiles que vigiavam as ruas de Roma como bombeiros e polícias.

Durante o Grande Incêndio de Roma, que deflagrou a 18 de julho de 64 d.C., os vigiles terão sido ordenados pelo imperador Nero a não combaterem as chamas que acabaram por destroçando 10 das 14 zonas da cidade, três das quais ficaram completamente destruídas. Reza a lenda que Nero estaria a tocar a sua lira enquanto Roma ardia, uma das razões pelas quais o imperador é apontado como o causador do incêndio. A verdade é que Nero apropriou-se de parte dos terrenos arditos, onde ele acabou por mandar construir a famosa Domus Aurea, a sua luxuosa residência que contrastava com a pobreza da cidade.

Depois da queda do império romano do ocidente em 476,

The Great Fire of London, pintor desconhecido

século V d.C., chega-se à Idade Média, uma altura em que a construção dos edifícios habitacionais era predominantemente feita com madeira e outros materiais inflamáveis. A queda do império também incluiu a perda de alguns costumes, nomeadamente a organização de grupos de combate aos fogos, o que ponha em risco as comunidades medievais.

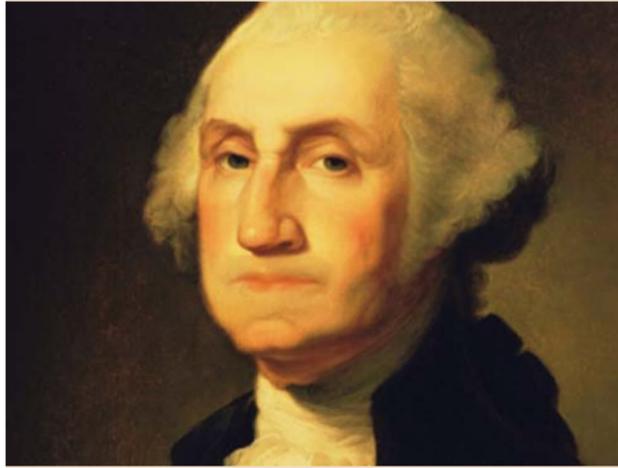
Dando um salto histórico para o século XVII, é preponderante mencionar o Grande Incêndio de Londres de 1666 como um ponto de viragem na preocupação com a construção e proteção das propriedades e da organização do combate aos fogos. “The Great Fire”, como ficou conhecido, começou na padaria de Thomas Farriner, em Pudding Lane, e ardeu de 2 a 5 de setembro de 1666. Registos históricos indicam que morreram apenas seis pessoas, mas acredita-se que não era dada muita importância ao registo da morte dos membros das classes mais baixas e dos pobres. Arqueólogos do Museu de Londres encontraram registos de que as temperaturas atingiram os 1700 graus centígrados, o que quer dizer que muitos dos cadáveres ficaram totalmente irreconhecíveis, dificultando ainda mais uma contabilização do número total de vítimas. O incêndio destruiu 373 hectares da cidade de Londres, arderam 13 200 casas e 84 igrejas, deixando 100 mil pessoas desalojadas.

Logo no ano seguinte, em 1667, foi criada a primeira companhia de seguros, “The Fire Office”, que reunia pequenos grupos de bombeiros aos quais era atribuído um símbolo, que se encontrava afixado nos edifícios que deviam auxiliar em caso de incêndio. As marcas nos edifícios significavam que eles tinham seguro. Esta prática durou até princípios do século XIX.

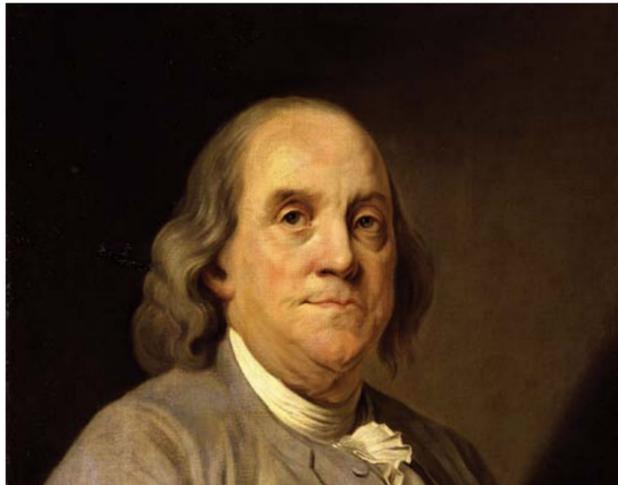
Em Portugal, os bombeiros já existem há mais de 600 anos, apesar da designação de bombeiro só ter começado a ser usada a partir de 1734. A 25 de agosto de 1395, a carta régia de D. João I estabeleceu em Lisboa o “Serviço de Incêndios” a primeira corporação de bombeiros, hoje conhecida como o Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB) de Lisboa. Mas só em 1646, durante o reinado de D. João IV, é que foram contratados os primeiros 30 oficiais assalariados para a companhia, entre carpinteiros, pedreiros e trabalhadores. Foi também durante o século XVII que a Câmara de Lisboa comprou, na Holanda, as duas primeiras bombas e outras ferramentas para a capital, e foi feita a instalação dos três primeiros quartéis em Lisboa. A 17 de julho de 1834, foi instituída a Companhia de Bombeiros de Lisboa, conhecida na altura por Caldo e Nabo, mas não se conhece o porquê desses nomes. Só em 1930 é que surge a designação de sapadores com a criação do Batalhão de Sapadores de Lisboa, um nome que durou até 1988 até à passagem para Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa.

No Porto, os Serviços de Incêndio existem desde o século XV, mas a responsabilidade de prevenir a propagação de incêndios estava imposta à toda a população; ao toque do sino da noite, todas as pessoas deviam apagar o lume das cozinhas. Em 1728, D. João V fundou a Companhia da Bomba (também conhecida como Companhia do Fogo), que, perto de 100 anos depois, em 1832, por ocasião do Cerco do Porto, passou a designar-se Companhia de Incêndios, com estatuto de força militarizada. Em 1946, fixou-se com a designação de Batalhão de Sapadores Bombeiros.

Curiosidades...



O primeiro presidente norte-americano, George Washington, foi bombeiro voluntário em Alexandria, no estado de Virgínia. Ele também comprou o primeiro engenho de combate aos incêndios para essa cidade, em 1774.



Benjamin Franklin foi outro presidente norte-americano que também foi bombeiro voluntário, tendo ajudado na criação do primeiro departamento de bombeiros de Filadélfia, em 1736.



Durante os desembarques do Dia D, a 6 de junho de 1944, os bombeiros do National Fire Service estiveram nas praias a apagar os fogos provocados pelos soldados, protegendo as aldeias próximas do combate. Winston Churchill teve sempre uma grande estima pelo trabalho dos bombeiros, chamando-lhes “Angels with Grimy Faces” (Anjos com Caras Encardidas), durante a Segunda Guerra Mundial.



No Dia da Unidade, dia 19 de maio de 2017, celebraram-se os 622 anos do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa, o maior e mais antigo corpo de bombeiros profissionais do país. Nesse dia também foi feita a integração de 45 novos recrutas no regimento.



1 de novembro de 1755 foi um dia que ficou para a História de Portugal e da Europa. A capital portuguesa ficou completamente destruída, não só por causa do terramoto e do tsunami, mas também por causa dos incêndios que deflagraram por todas as ruas de Lisboa. O dia 1 de novembro era, e é, dia de Todos os Santos, ou seja, além das candeias em azeite que eram usadas na época para iluminar as casas, a maior parte das pessoas tinha velas acesas para lembrar os defuntos. Tendo em conta que a maior parte das habitações eram construídas em madeira, os fogos propagaram-se facilmente. O número de mortos terá ultrapassado os 10 mil.



As causas do Incêndio do Chiado ficaram por apurar, mas o que se sabe é que o fogo começou nos Armazéns do Grandela, na madrugada de 25 de agosto de 1988, propagando-se rapidamente a vários edifícios, lojas e escritórios nas ruas do Carmo, Garrett, entre outras. Duas dezenas de edifícios ficaram destruídas, um residente e um bombeiro morreram, 70 pessoas ficaram feridas, 300 desalojadas e duas mil perderam os postos de trabalho. As obras no local dificultaram o trabalho dos bombeiros do RSB.

Fonte:
BBC History (http://www.bbc.co.uk/history/british/civil_war_revolution/great_fire_01.shtml);
Firefighter Foundation (<http://www.firefighterfoundation.org.uk/history/>);
Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/historia/historial-do-regimento-de-sapadores-bombeiros>);
Câmara Municipal do Porto (<http://www.cm-porto.pt/seguranca/batalhao-de-sapadores-bombeiros>);
Infopédia – Dicionários Porto Editora (<https://www.infopedia.pt/Sincendio-de-roma>);
RTP Ensina (<http://ensina.rtp.pt/artigo/memorias-do-incendio-do-chiado/>)



Domingos Morais
Diretor Nacional ANBP

Profissionalização dos Bombeiros e das Estruturas de Comando

É o novo paradigma do sector para uma nova organização do socorro em Portugal

A

profissionalização dos bombeiros e dos seus comandos tem sido uma luta da ANBP/SNBP desde a sua fundação, ou seja, desde 1991.

Ao longo destes 26 anos a profissionalização dos bombeiros tem sido um tabu, e quase uma blasfémia, entre o mundo dos bombeiros, e de algumas estruturas que ora os dizem representar, ora representam somente os comandos e as direções.

Portugal não pode continuar a assistir impavida e serenamente ao descontrolo e desorganização do socorro, a bem dos seus cidadãos.

Tem sido uma luta de uma organização e de um sindicato de classe que tem defendido uma estrutura profissional de âmbito nacional para que o país possa ter uma força capaz de sustentar os sinistros que afectam todos os dias do ano o continente e os arquipélagos da Madeira e dos Açores.

Uma luta que alguns dizem não ter sentido, afirmando ao longo dos anos que não há necessidade de profissionalizar uma vez que o voluntariado é suficiente, e sai mais barato ao país. Fazem "contas de merceeiro" e apresentam números capazes de fazer "levantar os mortos".

Aliás, não conheço estudo algum bem suportado e de forma científica que possa corroborar tais números, que essas entidades apresentam.

Sempre falaram dos profissionais como se de papões se tratassem, metendo medo ao país e aos políticos de tal forma que muitos deles nem se atrevem a falar de bombeiros profissionais. Não sei que medo lhes pode meter uma carreira devidamente organizada, formada e preparada para responder com brio e profissionalismo sempre que os portugueses necessitam.

E claro que se o nome bombeiros profissionais para alguns dirigentes de associações humanitárias é um engulho e quase impronunciável. Para os seus representantes federativos, o engulho é ainda bem maior. E também se o nome profissional já de si faz uma enorme confusão, então pior ficam quando nós apelamos não só ao profissionalismo, mas apelamos acima de tudo à condição de ser bombeiro sapador com toda a carga e características que esta classe/carreira implica.

Com esta questão não quero de forma alguma beliscar o bombeiro voluntário, contudo existem aspectos que o voluntariado não pode ombrear com o profissionalismo, a começar pela sua disponibilidade.

Mas também não têm sido os bombeiros que se têm preocupado com a questão da profissionalização. Quem tem andado ao longo dos anos preocupado com esta profissionalização, têm sido algumas das direções das associações humanitárias e alguns dos seus comandantes, e acima de tudo da Liga dos Bombeiros Portugueses em particular o seu atual presidente, Jaime Marta Soares..

São estas pessoas que mais se têm preocupado com o suposto problema da profissionalização, dando a entender que tal situação iria minar as associações e acabar com o voluntariado.

No entanto, ANBP/SNBP não têm estado sozinhos nesta luta. Alguns comandantes, técnicos, académicos, deputados, vereadores, presidentes de câmara e até secretários e ex-secretários de estado têm afirmado que a profissionalização é necessária e benéfica para o país.

Outros simplesmente cheios de um corporativismo cego e arreigados a um passado sem resultados positivos quer para os bombeiros quer para o país

que teimam desde de 2003 em manter o voluntariado como a solução para o país.

Contrariamente em Dezembro de 2003, Duarte Caldeira à época presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP), num artigo do *Jornal Público* dizia "(...) Muitos quartéis de bombeiros do país estão "praticamente encerrados" por falta de pessoal, pelo que é urgente a profissionalização do sector (...)".¹ Estas declarações à *Agência Lusa* foram feitas na sequência de um congresso extraordinário em Santarém que iria ocorrer e onde seriam discutidas as necessidades da profissionalização. Duarte Caldeira defendeu que "(...) está na hora de os dirigentes políticos colocarem no mapa das prioridades a protecção e socorro (...)".²

Em 2005, no encerramento do seminário "Problemática dos Incêndios", que decorreu em Faro e foi organizado pela Universidade do Algarve, foi o então secretário de Estado da Administração Interna, Ascenso Simões, que "(...) defendeu a profissionalização dos bombeiros, com os necessários meios humanos, técnicos e financeiros, como um imperativo para vencer o problema dos incêndios (...)".³

Também em 2005, em entrevista ao *Jornal Público*, o Ministro da Administração Interna Daniel Sanches defendeu a criação de um núcleo profissional em todos os corpos de bombeiros do país. De acordo com este responsável "(...) Todos os bombeiros voluntários do país deviam ter um núcleo profissional. Isso implica um estatuto remuneratório próprio que lhes permita dedicarem-se a tempo inteiro àquela actividade. (...)".⁴ em resposta à pergunta sobre se concordava com a necessidade de profissionalizar o socorro, considerando que os bombeiros são o principal agente da protecção civil, mas são entidades privadas assentes no voluntariado.

Só nestas três ilustres figuras atrás mencionadas de vários quadrantes políticos e com distintas responsabilidades no sector dos bombeiros, são perceptíveis de forma clara as justificações e a mais-valia da profissionalização.

Entre 2003 e 2006 e após os grandes incêndios, Duarte Caldeira, Ascenso Simões e Daniel Sanches defendem a profissionalização como uma prioridade, um imperativo e uma necessidade para vencer o problema dos incêndios.

Duarte Caldeira foi dirigente e Presidente da Escola Nacional de Bombeiros, Presidente do Conselho Executivo da Liga dos Bombeiros Portugueses e Integrou a Comissão Nacional de Protecção Civil e o Conselho Nacional de Bombeiros. Actualmente é presidente do Centro de Estudos e Intervenção em Protecção Civil (CEIPC).

Ascenso Simões foi Secretário de Estado da Administração Interna, Secretário de Estado da Protecção Civil e Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.

Daniel Sanches ocupou o cargo de Ministro da Administração Interna no XVI Governo Constitucional e foi responsável pela adjudicação do Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) - um sistema de comunicações móveis, que permitiria a inter-

¹ <https://www.publico.pt/2003/12/10/sociedade/noticia/bombeiros-vaopedir-profissionalizacao-em-congresso-extraordinario-1178073>

² <https://www.publico.pt/2003/12/10/sociedade/noticia/bombeiros-vaopedir-profissionalizacao-em-congresso-extraordinario-1178073>

³ https://www.rtp.pt/noticias/pais/profissionalizar-bombeiros-e-imperativo-para-vencer-incendios-estado_n10774



ligação entre as várias forças de segurança, a emergência médica e a protecção civil.

Em 2006 num artigo do Jornal **Correio da Manhã**, a intenção de criar Grupos de Intervenção Permanentes por parte do MAI mereceu a concordância da LBP e da ANBP.

“(...) “Trata-se de uma reivindicação antiga que pelos vistos vai ser seguida”, refere Duarte Caldeira, presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP), embora assinalando que este projecto “não poderá nunca pôr em causa o voluntariado”. Também Fernando Curto, presidente da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais (ANBP), considera que é “uma grande medida” que vai contribuir “para uma melhor organização e sustentabilidade da Protecção Civil, tornando-a mais moderna e eficaz.” (...)”⁵.

Concordando quase sem reservas a LBP e a ANBP, Jaime Soares à época comandante em Vila Nova de Poiares também concordou, mas com ironia tecendo os seguintes comentários *“(...) É uma reivindicação antiga. Este ministro parece que chegou agora a Portugal e que quer descobrir a pólvora (...)”⁶*. Ainda assim, aceitava a profissionalização de alguns bombeiros, mas era “contra” a profissionalização dos comandantes das corporações de voluntários.

Em 2007 num artigo do Semanário - **O Mirante** a autarca Maria da Luz Rosinha, defendeu a profissionalização dos bombeiros.

⁴http://www.bvpinhalnovo.pt/mostra_noticia.asp?not_id=168

⁵<http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/bombeiros-concordam-com-a-profissionalizacao>

⁶<http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/bombeiros-concordam-com-a-profissionalizacao>

⁷<http://sicnoticias.sapo.pt/Lusa/2012-07-18-bombeiros-um-voluntariado-que-faz-poupar-400-milhoes-por-ano>

⁸<http://www.dn.pt/portugal/interior/voluntariado-faz-poupar-400-milhoes-por-ano-2692927.html>

⁹<http://www.dn.pt/portugal/interior/voluntariado-faz-poupar-400-milhoes-por-ano-2692927.html>

A presidente da Câmara de Vila Franca de Xira elogiou o esforço do voluntariado, mas defendeu a profissionalização dos bombeiros para melhorar as respostas, sendo que as seis corporações do concelho são voluntárias.

Segundo a autarca *“(...) o voluntariado é de grande importância ao revelar generosidade, mas lembra que as exigências profissionais colocadas aos bombeiros não permitem a compatibilização das duas actividades (...)”⁷*.

Em 2012 em declarações à **Agência Lusa** Jaime Marta Soares presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP) e André Couto à época director da Autoridade Nacional de Protecção Civil concordavam que o voluntariado era a solução para o país em matéria de socorro. De acordo com as suas declarações *“(...) Jaime Soares, crê que o voluntariado nos bombeiros vai continuar a ser a trave mestra do socorro. (...) a profissionalização total do setor “exigiria 400 milhões de euros/ano” e, ainda assim, implicaria a opção por uma estrutura minimalista, sacrificando a proximidade do serviço. (...)”⁸*.

Para André Couto, da Autoridade Nacional de Protecção Civil, além de concordar acrescentava que *“(...) Portugal “só tem a ganhar” se a rede voluntária de bombeiros puder ser “preservada e até reforçada”. Acredita que é isso que vai acontecer, “independentemente de alguma profissionalização no socorro” e das exigências crescentes que se põem aos voluntários, em termos de formação, de disponibilidade física, psicológica e mesmo do número de horas dedicadas ao serviço operacional. (...)”⁹*.

Num balanço destes três anos (2006, 2007 e 2012) sem dúvida que encontramos aqui posições de 4 figuras com responsabilidades no sector, nalguns casos antagónicas e noutros a exigirem uma reflexão profunda entre o que se diz, o que se pensa e o que se efectivamente pratica.

Se a uns se exige uma posição séria e firme no que diz respeito à ideologia e linhas orientadoras que as entidades – LBP e ANBP – defendem para os seus associados, outros há que sendo directores em organismos

do estado com tutela directa ou indirecta sobre a estrutura dos bombeiros voluntários, não devem tecer comentários ou emitir opiniões que possam não coincidir com a posição dos seus dirigentes superiores ou mesmo com as políticas da tutela.

Claro que, e por muitas das vezes, existir um cordão umbilical entre pessoas e estruturas, leva a que infelizmente comunguem das mesmas ideias sem que para o efeito tenham-se convertido sériamente ao voluntariado e viverem sómente do mesmo como costumam apregoar.

Ainda assim, há quem acabe por ter de assumir publicamente que a profissionalização dos bombeiros, será uma realidade. A necessidade de mais organização, sustentabilidade da P. Civil, e da exigência que a própria profissão apresenta, são justificações que estes responsáveis por organizações e autarquia assinalam como indispensáveis.

Em contraponto, outros argumentam que só se pode profissionalizar o mínimo, justificando que os alicerses do socorro assente no voluntariado, só podem ser preservados e reforçados para que Portugal possa ganhar. Segundo Marta Soares, e uma vez mais, apresenta custos de 400 milhões de euros/ano, esquecendo-se que os prejuízos anuais com incêndios acrescidos das despesas inerentes ao reapetrachamento anual dos bombeiros supera largamente esse valor. Mais uma vez se tapa o sol com a peneira.

É uma vergonha quando alguém quer justificar o injustificável, avaliando financeiramente a segurança dos seus concidadãos e dos seus bens. Mais uma vez temos cidadãos de 1ª e de 2ª em matéria de protecção das suas vidas.

Jaime Marta Soares foi Deputado, membro do Conselho Nacional do PSD, Presidente da Comissão Política Concelhia de Vila Nova de Poiares,

¹⁰<http://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/interior/porque-arde-tanto-em-portugal-3407747.html>

¹¹<https://www.noticiasao minuto.com/pais/101226/h%C3%A9lder-amaral-defende-profissionaliza%C3%A7%C3%A3o-de-bombeiros>

¹²<http://opato bravo.blogspot.pt/2013/06/jornal-o-crime-entrevista-maria-do-ceu.html>

¹³<http://www.mediatejo.net/alcanena-fernanda-asseiceira-defende-maior-profissionalizacao-dos-bombeiros-video/>



Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, Vice-Presidente da Comissão Política Distrital de Coimbra do PSD, membro e Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios, Bombeiro, Adjunto de Comando, Comandante, Presidente do Conselho Executivo da Liga de Bombeiros e integra a Comissão Nacional de Protecção Civil.

Fernando Curto é Bombeiro Sapador com o posto de Chefe de 1ª Classe no Regimento Sapadores Bombeiros, Director da Escola do Regimento Sapadores Bombeiros, Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide, Vice-Presidente do Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais, Presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, e integra a Comissão Nacional de Protecção Civil e o Conselho Nacional de Bombeiros.

Maria de Luz Rosinha é Deputada na AR, faz parte do Secretariado Nacional do PS, autarca desde 1976 tendo desempenhado funções na Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira, Junta e Assembleia de Freguesia, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

André Couto Chefe do Núcleo de Recenseamento, Formação e Estatuto da Autoridade Nacional de Protecção Civil, Chefe de Divisão de Formação e técnico da Divisão de Recursos Naturais no Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (SNBPC), Responsável pela organização e ligação à Escola Nacional de Bombeiros, Coordenador da formação no âmbito Mecanismo Comunitário de Protecção Civil, desempenhou funções no ex -IPAMB, integrado no Instituto do Ambiente com funções de coordenação da Consulta Pública de processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). No ICN, trabalhou no Parque Natural da Arrábida (PNA), exerceu funções nos Serviços Centrais do ICN, na Direcção de Serviço de Apoio às Áreas.

Em 2013 num artigo de opinião de Marques Mendes no **Diário de Notícias** online cujo o titulo é “Porque arde tanto em Portugal?”, refere que *“(...) Outro argumento recorrente é o da necessidade de profissionalização dos bombeiros. Discordo. As melhores corporações que conheço são de bombeiros voluntários que dedicam o seu verão a ajudar o próximo, dando literalmente a vida-pela-vida para salvar a coisa alheia. É necessário*



um corpo permanente profissionalizado de pequena dimensão em cada corporação, como aliás já vai existindo, mas a força motriz dos bombeiros em Portugal são os voluntários, a quem deve ser assegurada formação, apoio e o devido reconhecimento aos mais diversos níveis. (...)”¹⁰.

Ainda em 2013 no site **Notícias ao Minuto** e em declarações à Lusa, o deputado centrista Hélder Amaral defende que deve apostar-se cada vez mais na profissionalização dos bombeiros, a quem se deve dar formação e capacidade técnica e material.

De acordo com Hélder Amaral “(...) “Não devemos andar sistematicamente a lamentar-nos, a encontrar culpados e a fazer alterações da legislação. Os bombeiros fazem um serviço impressionante e imprescindível: devemos começar a profissionalizar cada vez mais estes homens”, alegou.(...)”¹¹.

Também em 2013, no blog **O Pato Bravo**, há uma entrevista ao **Jornal O Crime**, onde Maria do Céu Albuquerque, presidente da Câmara Municipal de Abrantes refere que “(...) Face à dimensão do Concelho, sem a colaboração dos voluntários, o Corpo de Bombeiros Municipais de Abrantes não tem condições para prestar a sua atividade de forma contínua. As razões são várias: o reduzido n.º de efetivos profissionais, a redução da disponibilidade de pessoal para a prestação de atividades como bombeiro voluntário, as limitações crescente ao nível da contratação de pessoal e incapacidade de enquadrar legalmente o pagamento de todas as horas necessárias para garantir os serviços mínimos. Na expectativa de que um corpo de bombeiros integrado na Associação Humanitária está em melhores condições para prosseguir a missão de prevenção e segurança contra riscos de incêndio, acidentes e outros, socorro e participação em atividades de proteção civil a levar a efeito de forma coordenada no conce-

lho de Abrantes, entendeu a Câmara emitir parecer favorável à criação de um corpo de bombeiros no seio da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, entretanto criada por iniciativa da sociedade civil. (...)”¹².

Em 2016 no aniversário dos Bombeiros Municipais de Alcanena onde se celebraram os seus 76 anos, a presidente da câmara Fernanda Asseiceira no seu discurso defendeu a profissionalização dos bombeiros. Segundo a jornal digital de informação regional **Medlotejo.net** a autarca afirmou que “(...) É possível fazer muita coisas quando as pessoas dão as mãos e têm um objetivo em comum (...)”¹³. A autarca defenderia ainda a profissionalização das corporações dos Bombeiros, adquirindo estes as características dos Bombeiros Municipais.

Curiosamente temos aqui quatro ilustres políticos, alguns com responsabilidades políticas enquanto deputados ou “fazedores” de opinião, bem como duas presidentes de câmara com as inerentes responsabilidades de proteção civil e bombeiros dos seus municípios.

Se no caso de Marques Mendes a sua posição manifestamente denota um grande desconhecimento sobre os bombeiros em especial no que toca

¹⁴ <http://observador.pt/especiais/incendios-25-perguntas-que-ja-tem-algumas-respostas/>

¹⁵ https://www.sapo.pt/noticias/economia/incendios-o-que-temos-no-territorio-sao_59466d0ee0aef873df41e0f

¹⁶ <http://www.diariodominho.pt/conteudos/69376>

¹⁷ <http://observador.pt/2017/07/23/duarte-caldeira-defende-equipas-profissionais-nos-bombeiros-voluntarios/>

¹⁸ <http://www.bairradainformacao.pt/2017/03/22/bombeiros-ja-nao-conseguem-dar-assistencia-as-pessoas- apenas-com-o-voluntariado/>

¹⁹ <https://www.bps.pt/2017/07/16/portugal-perdeu-13000-bombeiros-em-10-anos/>

²⁰ <https://www.publico.pt/2017/06/22/sociedade/noticia/ministra-da-administracao-interna-nao-se-demite- enquanto-tiver-a-confianca-de-costa-1776504>

²¹ <https://www.rtp.pt/play/p3024/e298606/bom-dia-portugal/588712>

aos profissionais, o que, e tendo em conta a sua posição de comentador e pessoa dotada de algum conhecimento, deveria ter estudado essa matéria para se poder pronunciar corretamente.

Helder Amaral é um deputado que vem do círculo eleitoral de Viseu, zona propensa aos incêndios florestais, e que junto dos bombeiros colheu informações que lhe deram um conhecimento profundo do seu território, para poder sustentabilizar as suas afirmações sobre bombeiros. Ainda que não ocupando um cargo de autarca, tem sido uma figura de prôa na defesa de uma implementação de segurança assente em bombeiros profissionais, atendendo que esta profissionalização só pode ser conseguida através da formação e da capacitação técnica.

Já no que toca às autarcas de Abrantes e de Alcanena, que se num dos casos até tem um corpo de bombeiros municipal e noutro extinguiu o seu corpo de bombeiros municipal, a questão é deveras muito aberrante e digna de um case study.

No caso de Abrantes, a sua presidente escudada em mil-e uma questão falaciosa e no meu entender de lesa-pátria, descurou e deresponsabilizou-se da segurança do seu município extinguindo o seu próprio corpo de bombeiros passando todo o seu equipamento e operacionalidade para uma AHBV, da qual não tem qualquer responsabilidade ou autoridade, pese embora transfira verbas para esta AHBV que outrora não transferia. Também nada disto era possível se não houvesse uma associação política entre todas as forças presentes neste município. Simplesmente vergonhoso quando uma autarca com a responsabilidade de assegurar a proteção do seu território relega essa competência para uma entidade privada. Este ano de 2017 com os incêndios florestais que ocorreram só vem comprovar a luta que a ANBP travou em Abrantes

Em relação a Alcanena, a questão é sem dúvida hilariante, quando a autarca detentora de um corpo de bombeiros profissionais, somente ter nos recursos humanos desse corpo assistentes operacionais a fazer as vezes de bombeiro e não havendo qualquer elemento como bombeiro de carreira. No entanto a mesma autarca apela à profissionalização e às características dos bombeiros municipais quando ela tem o poder de o fazer no seu próprio corpo de bombeiros mas não o faz.

Ou seja, “FAZ O QUE DIGO MAS NÃO FAÇAS O QUE EU FAÇO”.

Até quando a irresponsabilidade andar de mãos dadas com a impunidade?

A segurança dos portugueses é uma responsabilidade do estado central e local, que não pode estar dependente de entidades privadas!

Marques Mendes *comentador televisivo, membro do Conselho de Estado, foi secretário e adjunto do Governador Civil do Distrito de Braga, advogado na Comarca Judicial de Fafe, consultor jurídico da Efaced e presidente do Conselho de Administração da Ensino. Militante do Partido Social Democrata, foi vice-presidente da Câmara Municipal de Fafe, exerceu funções parlamentares como deputado à Assembleia da República, presidiu ao Grupo Parlamentar do PSD, foi Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro e Ministro dos Assuntos Parlamentares.*

Hélder Amaral *é Deputado, é Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP, integra a Comissão de Economia e Obras Públicas e a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação. É representante do Grupo Parlamentar do CDS-PP nos Grupos Parlamentares de Amizade Portugal-*

-Angola, Portugal-Índia (Presidente), Portugal-Singapura e representante do Grupo Parlamentar do CDS-PP na Assembleia Interparlamentar do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa. Membro da Comissão Política Nacional do CDS-PP, membro da Comissão Executiva do CDS-PP, presidente da Comissão Política Distrital de Viseu e vereador na Câmara Municipal de Viseu.

Maria do Céu Albuquerque *é Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, Presidente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Presidente da Direção da Tagusvalley – Tecnopolo do Vale do Tejo, Conselheira do Conselho Económico e Social, Representante da ANMP no Conselho das Comunidades e Regiões da Europa na Comissão Permanente para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local, Representante da ANMP na Comissão de Gestão Técnica do Fundo de Promoção dos Direitos do Consumidor e no Órgão Consultivo do Fundo para a Promoção dos Direitos dos Consumidores, Membro da Assembleia Geral da TEPCAR-QUES – Associação Portuguesa de Parques de Ciência e Tecnologia e Membro do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios nota biográfica.*

Fernanda Asseiceira *é Presidente da Câmara Municipal de Alcanena, foi Deputada na AR, membro do Secretariado da Federação Distrital de Santarem, Presidente do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas de Santarem, Vereadora na câmara Municipal de Alcanena, Coordenadora do gabinete de Educação de Adultos do Centro de Area Educativa da Lezíria e Médio Tejo, Delegada Regional do INATEL em Santarém e Professora.*

Este ano (2017) no site do **Observador.pt** num artigo com o título “Incêndios: 29 perguntas que já têm (algumas) respostas”, o arquiteto paisagista Henrique Pereira dos Santos, defendeu a profissionalização dos bombeiros ao contrário da opção do voluntariado, sustentando a sua tese. Segundo o mesmo “(...) Profissionalizar é obrigatório — e será meio caminho andado para que o combate aos fogos se torne mais eficaz. “Na altura os argumentos eram exatamente os mesmos que hoje se utilizam para defender o estatuto voluntário dos bombeiros: abnegação, heróicidade, tratamento humano. Daqui a uns anos também nos vai parecer estranho que tivesse havido bombeiros voluntários”(…), É preciso que exista uma estrutura profissional, que trabalhe durante o inverno, que faça fogos controlados, que acompanhe os resinheiros, que acompanhe os pastores. (...) Os primeiros prejudicados disto tudo são os bombeiros, que são autêntica carne para canhão.(...)”¹⁴.

Ainda em 2017, o arquiteto paisagista Henrique Pereira dos Santos voltou a reafirmar a profissionalização dos bombeiros, ao site **sapo.pt** num artigo com o tema Incêndios: “O que temos no território são torneiras do gás acesas”, onde imputa a responsabilidade dessa falta de profissionalização à Administração Interna, ao presidente da Liga dos Bombeiros e ainda ao poder autárquico e aos órgãos de bombeiros. Novamente, este afirma que “(...) “Há uma responsabilidade da Administração Interna e obviamente das autarquias, porque isto tem na base uma aliança entre os corpos de bombeiros e as autarquias para manter esta situação, que recusam qualquer tipo de profissionalização, que recusam qualquer integração entre combate e prevenção. Há uma responsabilidade claríssima do poder autárquico e dos órgãos de bombeiros” (...)”¹⁵.

Este ano (2017) num artigo do **Diário do Minho** online, Bruno Alves comandante dos Bombeiros Famalicenses, no decorrer das comemorações do 90.º Aniversário dos Bombeiros Famalicenses “(...) havia desa-

fiado os deputados presentes na sessão solene a discutir e analisar na Assembleia da República um decreto «constabanciado» para que as medidas na área da proteção civil sejam eficazes e adequadas. O comandante dos Bombeiros Famalicenses defendeu que as responsabilidades de todo o socorro sejam atribuídas aos bombeiros e que seja criado um comando «autónomo e com estatuto». «Assim, não será necessário profissionalizar o socorro e ficará bem melhor», sentenciou, elogiando a entrega e dedicação dos 140 elementos do corpo ativo e direção (...)»¹⁶.

Este ano (2017) no site do **Observador.pt** e em declarações à **Agência Lusa** o ex-presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP) Duarte Caldeira defendeu a existência de, pelo menos, uma equipa de profissionais nos corpos de bombeiros voluntários, tendo em conta as exigências atuais do socorro.

De acordo com Duarte Caldeira “(...) Hoje já não há corpos de bombeiros voluntários que possam responder às exigências do socorro se não tiverem, no mínimo, uma equipa de bombeiros profissionais(...)”¹⁷.

Este ano (2017) num artigo do jornal online **Balrada Informação**, com o título “Bombeiros já não conseguem dar assistência às pessoas apenas com o voluntariado”, Nuno Canilho presidente da direção dos Bombeiros da Mealhada, afirmou que “(...) Há também uma pressão da Liga dos Bombeiros para que as corporações harmonizem a situação com as autarquias e isto também nos cria desconforto”, continuou Nuno Canilho, lançando o repto: “Temos que pensar na semi-profissionalização dos Bombeiros pois já não conseguimos dar assistência às pessoas apenas com o voluntariado” (...)”¹⁸.

Este ano (2017) num artigo do site Bombeiros **Para Sempre – bps** com o título “Portugal Perdeu 13000 Bombeiros em 10 Anos”, Rui Silva, presidente da direção da Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários (APBV) defende que o modelo já não pode assentar no voluntariado.

Segundo ele, “(...) Os profissionais representam cerca de um terço e, em algumas corporações, são já metade dos efetivos. (...) Não é possível depender o socorro do voluntariado: há cada vez menos voluntários, e só faz voluntariado quem tem boa condição social (...)”¹⁹.

Este ano (2017) num artigo do **Jornal Público** online com o título “Ministra da Administração Interna não se demite “enquanto tiver a confiança” de Costa” trouxe à ribalta vários temas complexos e especulativos.

A tragédia que atingiu Pedrógão Grande originou várias questões entre as quais a profissionalização dos bombeiros, onde Constança Urbano de Sousa Ministra da Administração Interna, afirmou peremptoriamente que “(...) Os bombeiros estão muito mais profissionalizados do que aquilo que podemos pensar”, defendeu a ministra, acrescentando que não é qualquer bombeiro que pode “estar empenhado num dispositivo de combate aos incêndios florestais” (...)”²⁰.

Este ano (2017) em declarações ao telejornal **Bom dia Portugal da RTP 1**, Jaime Marta Soares presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses assume tacitamente a necessidade de contratar profissionais/assalariados para os corpos de bombeiros por forma a assegurar a resposta às solicitações e garantir o socorro na 1ª intervenção que a sociedade impõe²¹.

O ano de 2017 tem sido um ano onde a maior parte das figuras mais representativas do sector por força da tragédia que os incêndios florestais

tem devastado o país, são obrigadas a falar para a comunicação social com maior regularidade. Esta regularidade tem obrigado as pessoas a assumir o que era impensável para uns e o mais racional para outros.

Se para alguns a questão da profissionalização é uma exigência da sociedade da última década que cada vez mais é exigente por força do conhecimento das suas vulnerabilidades e do risco a que estão sujeitas, para outras (muito poucas) já muito isoladas ainda persistem em tentar agradar aqueles que sempre defenderam um mundo isolacionista.

Mesmo os que durante décadas defenderam ideais que já não tinham possibilidade de resolver nem num passado recente e muito menos agora, já mudaram o seu discurso, como é o caso do presidente da LBP, assumindo que tem de se profissionalizar para se garantir o mínimo resposta.

Inclusivé a tutela, ainda que de uma forma envergonhada se obriga como é patente nas suas declarações, que nem todos podem ser profissionais mas que em todo o caso para estar presente no DECIF tal acaba por ser uma condição.

Henrique Pereira dos Santos é arquitecto paisagista, consultor na área da gestão da biodiversidade, trabalhou nas áreas protegidas de Montezinho, Peneda-Gerês e Serras de Aire e Candeeiros. Foi Vice-Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Coordenou planos de ordenamento e gestão de áreas protegidas, bem como a instalação do Parque Natural do Douro Internacional. Participou na coordenação do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, na preparação do novo regime jurídico da conservação e na iniciativa Business and Biodiversity em Portugal.

Bruno Miguel Oliveira Alves atual comandante dos Bombeiros Famalicenses e ex-adjunto de comando.

Nuno Castela Canilho é presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Mealhada, foi nomeado em 2013 Diretor-geral da Escola Profissional Vasconcellos Lebre, é sócio desde 2012 da empresa Casa de Castela Canilho, Lda, foi empossado em 2013 Secretário Regional para o Programa Educativo, membro executivo da Junta Regional de Coimbra do Corpo Nacional de Escutas e foi professor voluntário na Universidade Sénior Cades da Mealhada e foi ainda diretor do Jornal da Mealhada.

Rui Silva é presidente da Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários, funcionário público e chefe nos bombeiros voluntários de vila do Conde

Constança Urbano de Sousa é Ministra da Administração Interna, é professora associada da Universidade Autónoma de Lisboa e do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, é diretora do Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa e coordenadora do doutoramento em Direito, é professora Curso de Direito Europeu de Asilo e Imigração da Universidade Livre de Bruxelas, foi professora associada Convidada da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, é consultora jurídica no Gabinete do Presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, advogada inscrita na Ordem dos Advogados (com inscrição suspensa), foi perita da Comissão Europeia, do Comité das Regiões e do ICMPP (International Centre for Migration Policy Development), foi Coordenadora do Núcleo Justiça e Assuntos Internos na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER) e chefiou a delegação nacional ao CEIFA (Comité Estratégico Imigração, Fronteiras e Asilo do Conselho da UE), que presidiu em 2007, foi assessora do Ministro de Estado e da Administração Interna.

Finda esta análise às declarações e entrevistas destas ilustres figuras proeminentes deste sector, resta-me concluir que:



- Todos acabam por concordar com a profissionalização;
- Ainda que com ideias diferentes, aceitam que haja uma força mínima de bombeiros profissionais de resposta;
- O voluntariado já quase não existe, e não tem capacidade de resposta para a 1ª intervenção;
- A responsabilidade pela profissionalização depende do estado central e do estado local, que tentam desresponsabilizar-se delegando em AHBV'S;
- As câmaras tem uma responsabilidade acrescida na segurança dos cidadãos como primeiro patamar de proteção civil, mas que algumas teimam em não a aceitar;
- A falta de profissionalização prejudica os bombeiros, fazendo destes carne para canhão;
- A falta de profissionalização é o primeiro passo pra o não reconhecimento de uma carreira e consequentemente da profissão;
- Os bombeiros não podem olhar sómente para o combate alheando-se da prevenção;
- A convivência entre os representantes das AHBV's e das autarquias tem sido o primeiro travão à profissionalização;
- Existe uma tentativa de usar os bombeiros voluntários e profissionais como arma de arremesso político;
- Há claramente um tentativa de cegar a opinião pública com os supostos valores de custos com a profissionalização;
- Há claramente um tentativa de cegar a opinião pública afirmando que os bombeiros voluntários têm as mesmas ou melhores condições de resposta que os bombeiros profissionais;
- Não quero terminar este artigo sem referir que a Constituição da República Portuguesa que ainda é o garante da nossa vida em democracia, afirma categoricamente que compete ao estado enquanto uma das tarefas principais (art.º 9º) “Proteger e valorizar o património cultural do

povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território”.

Por outro lado também para que não restem dúvidas de quem tem responsabilidade nesta e noutras matérias, refiro sómente o art.º 22 “O Estado e as demais entidades públicas são civilmente responsáveis, em forma solidária com os titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes, por ações ou omissões praticadas no exercício das suas funções e por causa desse exercício, de que resulte violação dos direitos, liberdades e garantias ou prejuízo para outrem.”

Se ao estado incumbem estas funções e consequentemente as responsabilidades inerentes às suas funções e cargos políticos de comando, coordenação ou direção, não pode este mesmo estado e as pessoas que o compõem delegar competências e ou responsabilidades, funções ou outras situações de comando, coordenação, direção e operacionalidade em entidades privadas que não dependem direta ou indiretamente do estado nem a este estão sujeitas administrativa ou juridicamente.

Pior que isso, não podem pedir contas a entidades que não tutelam, mas que financiam quase na totalidade por via direta ou indireta através do estado central e local, mas também não se podem demitir dos prejuizos ou outras situações negativas que as mesmas entidades não consigam resolver por falta de recursos humanos ou materiais.

Por muito que custe a todos aqueles que não gostam, não aceitam, ou não querem assumir a sua cegueira, O PROFISSIONALISMO não pára e onde se apresentam estes bombeiros o cenário muda de figura, porque estes bombeiros são bombeiros 365 dias por ano e 24 sob 24horas, com muito amor e profissionalismo à nobre função de salvar populações.

**Não somos os melhores do mundo,
nem somos os coitadinhos.
Somos diferentes, somos PROFISSIONAIS.**



Canter Euro VI Ecoefficiency

- Mais eficiente, económica e amiga do ambiente -
Ecoefficiency: as tecnologias que tornam a Canter mais eficiente, económica e amiga do ambiente

- Motor: aumento da pressão de injeção para 2.000 bar
- Relações finais de diferenciais mais longos para melhores consumos
- Euro VI disponível em toda a gama
- ESP de série em toda a gama
- Canter 4WD: agora equipada com redutoras para maior capacidade todo-o-terreno
- Canter Eco Hybrid: maior redução de consumo de combustível na utilização citadina
- Canter 9C: até 6 toneladas de capacidade de carga

FUSO – uma marca do Grupo Daimler 2

Com mais de 140.000 unidades produzidas à escala mundial, a Fuso Canter é um sucesso internacional no segmento dos camiões ligeiros e claramente o modelo best seller dentro da Daimler Trucks.

A introdução de medidas mais restritivas no que respeita às emissões dos carros, Euro VI, melhorou significativamente a performance da robusta Canter. Com estas medidas, não só o ambiente saiu a ganhar, também os proprietários vêem o custo de utilização baixar devido à redução dos consumos (redução de até 9% face às versões Euro V), responsabilidade do pacote Ecoefficiency. Esta é a Canter mais eficiente das 8 gerações até agora produzidas, mas também a mais segura, fruto dos vários itens de segurança foram acrescentados à já longa lista de equipamento de série da Canter.

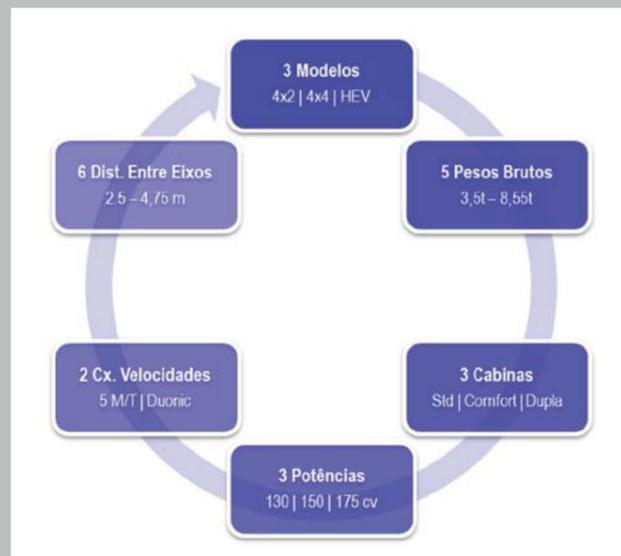
A Canter

Com 50 anos de história e 8 gerações de desenvolvimento, produzida na fábrica do Tramagal desde 1980, a Canter é um chassis-cabina com o conceito de cabina avançada (cab over engine). Este conceito permite fazer camiões mais compactos, melhorando a manobrabilidade e permite ainda uma maior variedade de carroçamentos bem como um acesso ao motor mais fácil para a manutenção preventiva diária.

A Canter tem a gama mais completa no seu segmento. Com 73 versões, a Fuso Canter permite que cada cliente tenha um camião à sua medida. De seguida apresentamos resumidamente as várias combinações possíveis.

FUSO – uma marca do Grupo Daimler 3

Toda a gama está equipada com um elevado nível de equipamento de série, de onde se destacam os seguintes equipamentos:



- Start-Stop
 - ESP
 - ABS com EBD
 - Fecho centralizado com comando à distância
 - Computador de bordo
 - 4 discos de travão
 - Travão de escape
 - Luzes diurnas
 - Porta-luvas com chave
 - Banco do condutor com suspensão (cab. larga de 150 e 175 cv)
 - 3 anos de garantia ou 100.000 km
 - 3 anos de assistência em viagem
- Em termos de equipamentos opcionais e à disposição dos clientes, a Canter apresenta também uma lista completa e generosa de onde se destacam os seguintes itens:
- Ar condicionado automático
 - FUSO – uma marca do Grupo Daimler 4
 - Ar condicionado manual duplo (independente frente/trás nas cabinas duplas)
 - Airbag condutor e passageiro
 - Sistema eléctrico de 24V
 - Depósito de combustível adicional de 70L
 - Diferencial traseiro autoblocante
 - Bluetooth

Caixa de velocidade DUONIC® de dupla embraiagem

A caixa de velocidades DUONIC® de dupla embraiagem, um dos elementos mais avançados tecnologicamente da gama, é a primeira caixa a usar esta tecnologia num camião ligeiro. A unidade é baseada numa caixa manual de 6 velocidades com dois discos de embraiagem húmidos hidráulicos e um sistema de controlo electrónico.

A grande vantagem do sistema de dupla embraiagem consiste em ter a próxima velocidade pré-engrenada, tornando a passagem de caixa mais rápida, suave e sem interrupção do fluxo de potência. Outra das vantagens deste sistema é ajudar o condutor a tornar a sua condução mais eficiente, reduzindo o consumo de combustível.

A transmissão DUONIC® de dupla embraiagem combina a conveniência de uma caixa automática com a eficiência de uma transmissão mecânica manual. A prática função de marcha lenta é útil para as manobras a baixa velocidade.

A Canter Eco Hybrid: transforma o trabalho citadino em oportunidades de poupar combustível

FUSO – uma marca do Grupo Daimler 5

A Canter Eco Hybrid, o primeiro camião do seu segmento a receber um sistema híbrido e a ser produzido em série na Europa. Este prático sistema permite poupar até 23% de combustível, comparado com uma Canter convencional, em rotas citadinas. Esta poupança permite um retorno de investimento em apenas 2 a 3 anos de utilização. Ao mesmo tempo, o ambiente beneficiará da redução de várias toneladas de emissões de CO2 e de um decréscimo do nível de ruído.

Nesta nova geração, a introdução das normas Euro VI bem como o melhoramento do mapeamento da caixa aliado a uma relação final do diferencial mais longa, permitem otimizar ainda mais o consumo de combustível.

A Canter Eco Hybrid combina o motor ultra eficiente de 3 litros diesel, 150 cv (110 kW) e um binário máximo de 370 N.m, com um motor eléctrico de 40 kW (55 cv) e 200 N.m. Desta junção nasce um camião amigo do ambiente, eficiente e robusto, preparado para todos os tipos de trabalho e com capacidade de transportar 4.800 kg de carga.

O motor eléctrico, que dispõem de toda a potência e binário desde o início, é auxiliado por um conjunto de baterias com capacidade de 2 Ah e que são carregadas com a energia da travagem. Este conjunto é oferecido com uma garantia da marca de 5 anos.

Equipada exclusivamente com a eficiente caixa de velocidades DUONIC®, agora com novo mapeamento otimizado para a gama Eco Hybrid e que até aos 10 km/h utiliza apenas o motor eléctrico, esta versão transforma o trabalho citadino em oportunidades únicas de poupar combustível. Da lista de equipamento de série fazem ainda parte o Start-Stop, ESP e airbag para o condutor.

Canter 4WD: nenhum local é inacessível para a nova gama Canter

FUSO – uma marca do Grupo Daimler 6

Um dos ex libris da gama Canter é a versão de tracção integral. Designada por 6C18, com um peso bruto de 6,5 ton, disponível em cabina simples e dupla e equipada com o motor

de 175 cv e 430 N.m, a Canter 4WD é ideal para trabalhos em zonas não pavimentadas, como por exemplo estaleiros de construção, manutenção de postes de alta tensão e serviços de bombeiros. Para os serviços municipais, existe ainda a possibilidade de utilização como limpa-neves, com a aplicação de pá e espalhador de sal. A sua largura reduzida de apenas dois metros, significa que se consegue deslocar em locais exíguos.

O sistema 4x4 pode ser activado sempre que necessita, o que significa uma reacção rápida às mudanças de terreno e uma condução eficiente quando está em estradas em que necessita apenas de 4x2. Outro item indispensável e o diferencial traseiro autoblocante até 70%.

A grande novidade desta última geração é vir equipada com uma caixa de transferência. A redutora instalada aumenta a tracção num factor de 1,987, aumentando ainda mais a capacidade da Canter 4WD se deslocar em terrenos difíceis, mesmo em locais cuja inclinação elevada, pois esta Canter tem a incrível capacidade de superar inclinações de até 60%.

A Canter 9C AMT

Esta nova geração da Canter apresenta uma nova gama de peso bruto, 8,55 ton, designada por 9C18, dependendo da potência. Estas novas versões da gama permitem oferecer aos clientes um carro com uma capacidade de carga de 6 toneladas, o que representa 1 tonelada adicional.

A Canter mais pesada está disponível com caixa de velocidades Duonic® de dupla embraiagem, 4 distâncias entre eixo (dos 3.400 aos 4.750mm), motor de 3,0l e 175cv.

FUSO – uma marca do Grupo Daimler 7

Com capacidade de carga de 5.995kg, um peso bruto no eixo dianteiro de 3.100kg e de 6.000kg no eixo traseiro, a Canter 9C AMT é o carro ideal para quem precisa de um carro económico mas com elevada capacidade de carga.

Em resumo, a nova geração da Fuso Canter tem a gama mais completa de sempre e uma das gamas mais completas do mercado, como se pode ver na imagem seguintes:

Qualquer que seja o trabalho ou necessidade a gama Canter possuiu o veículo adequado para garantir que o trabalho é realizado correctamente, de forma eficiente, segura e com o maior conforto.



Foto-reportagem

“Bombeiro de Elite” em imagens

O escadório do monumento candidato a património da humanidade, Bom Jesus de Braga, foi o palco da primeira edição da prova “Bombeiro de Elite”. Organizado pela Companhia Bombeiros Sapadores de Braga e pela Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, o evento reuniu mais de uma centena de bombeiros, numa prova em que todos os participantes testaram os seus limites. Veja as fotos das equipas participantes.





Bombeiros Sapadores de Faro



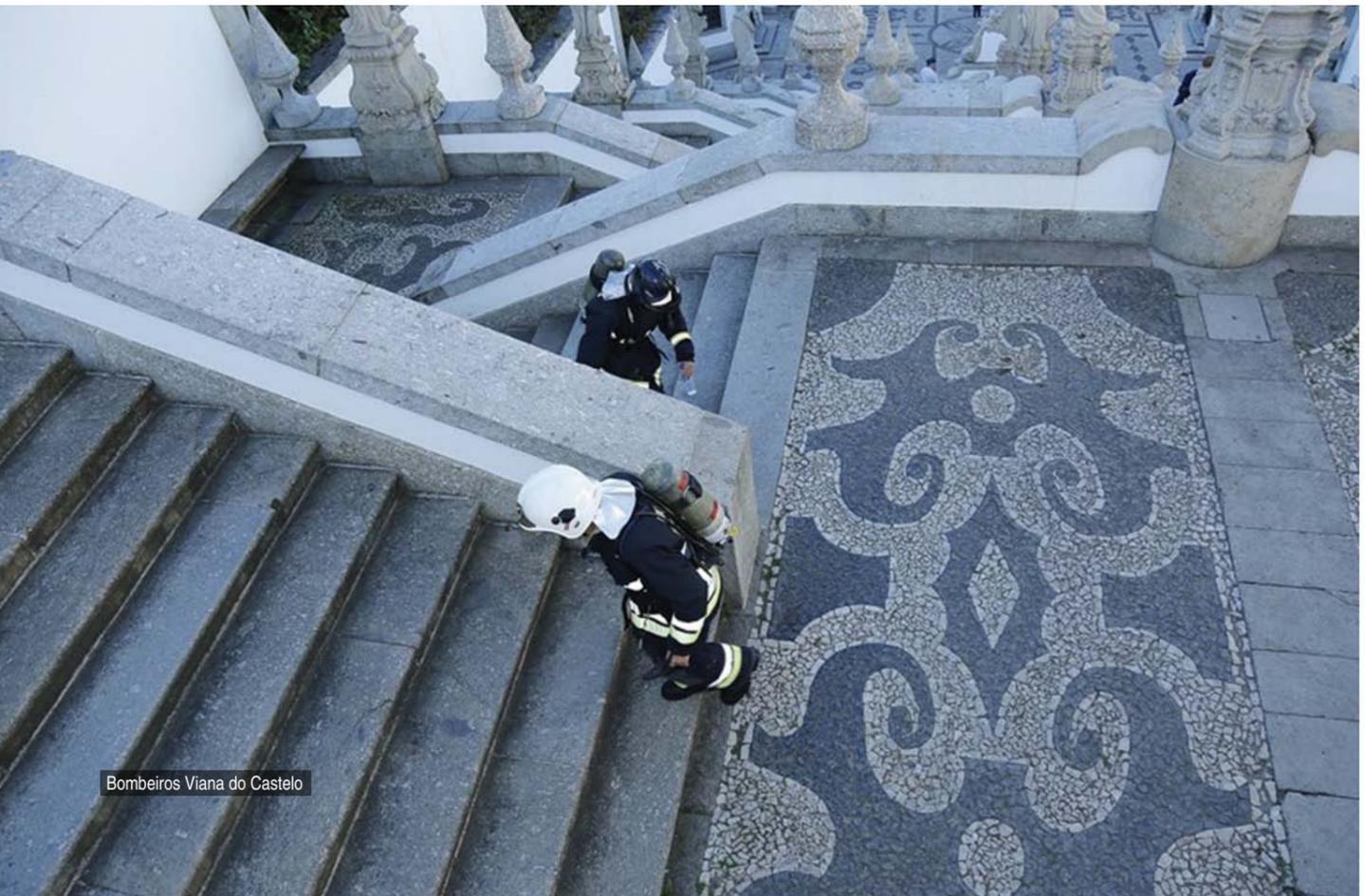
Bombeiros Sapadores de Faro



Bombeiros Viana do Castelo



Bombeiros Viana do Castelo



Bombeiros Viana do Castelo



Bombeiros Viana do Castelo



Equipa dos Bombeiros Voluntários da Amadora



Equipa do Batalhão Sapadores Bombeiros do Porto



Entrega de lembranças



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE BOMBEIROS PROFISSIONAIS

XXXVI

Jornadas de Prevenção
e Segurança na
Floresta do Betão
Encontro "Jornalistas
e Bombeiros: o desafio da
comunicação em cenário de
incêndios florestais"

22

de Novembro, pelas 10 horas

Padrão dos
Descobrimentos, Lisboa

Apoios:



ASSINE JÁ!

OS QUE PRODUZEM
SAÚDAM...



... OS QUE PREFEREM
A QUALIDADE
E UTILIDADE
DOMPLEX



**ALTO
RISCO**

cupão de assinatura

(este cupão pode ser fotocopiado)

Nome: _____

Morada: _____

Código Postal: _____

Profissão: _____

Telefone: _____ Tlm: _____

Email: _____

Desejo a Assinatura Anual de :

Revista Alto Risco - 10 euros Jornal Alto Risco - 8 euros

Enviar Cheque ou Vale de Correio para:

Associação Nacional de Bombeiros Profissionais Av. Dom Carlos I, 89, r/c - 1200 Lisboa

ESCOLHA O MODO DE PAGAMENTO:

Cheque n.º _____

no valor de: _____

Banco: _____

Vale postal n.º _____

no valor de: _____



PLASTIDOM
Plásticos Industriais e Domésticos, S.A.

Apartado 105
2416-902 Leiria · PORTUGAL
Tel (+351) 244 88 01 60/1
www.plastidom.pt